

María Verónica Secreto. (Des)medidos — a revolta dos quebra-quilos (1874-1876). Rio de Janeiro, Mauad X, 2011. 127 p. ISBN 978-85-7478-388-8.

A história do Brasil está repleta de revoltas populares, desde o período monárquico até os tempos modernos. O processo de consolidação do Império, examinando a questão de forma mais específica, se deu permeado de conflitos entre o Estado e diferentes segmentos da população, pelos mais diferentes motivos. Algumas causas foram: questões religiosas, pela oposição a ingerência do Estado em suas vidas, disputa pelo poder, entre outras. Do ponto de vista historiográfico algumas receberam maior destaque dentro da historiografia brasileira como, por exemplo, a Farroupilha, a Sabinada, a Praieira. Outras revoltas, entretanto, obtiveram menor atenção dos historiadores, tornando-as pouco conhecidas; isto faz com que as pesquisas sobre o tema sejam ainda mais importantes para suprir essa lacuna no conhecimento da nossa história. Ao tratar de uma revolta ainda pouco conhecida, o livro *(Des)medidos — a revolta dos quebra-quilos (1874-1876)*, de autoria de María Verónica Secreto, ajuda a preencher a lacuna existente em nossa historiografia e amplia a bibliografia sobre o tema, abrindo espaço para novas pesquisas.

Em sua introdução a autora discute o caráter político das revoltas no período imperial. A partir da crítica às reflexões de Mario Vargas Llosa, que comparou os movimentos contrários à globalização com o movimento dos “quebra-quilos”, a autora procura desconstruir a ideia de Llosa de que a adoção do sistema métrico era algo inevitável e irrever-

sível. Assim, Secreto discute o modo como se deu a adoção, o que a motivou e os conflitos gerados pela medida. Tal análise aponta o que a levou a estudar a revolta.

O primeiro capítulo inicia com uma descrição do contexto histórico, de modo a definir a revolta, discutindo sua geografia. Apesar de a obra focar na revolta do Quebra Quilo a autora aponta para a existência de outras revoltas contra os pesos e medidas (p. 17). Isso não só abre possibilidades para novos estudos acerca das revoltas populares, ainda pouco estudadas, como também aponta para a possibilidade de estudos comparativos entre as diferentes revoltas. Ela também discute a questão da datação e associa a revolta dos “quebra-quilos” aos “rasga-listas”, que destruíam as listas de recrutamento do governo, tratando as duas revoltas como uma coisa só, algo passível de questionamento.

A autora parte das análises de Hobsbawm sobre os *ludditas* e do conceito de “economia moral” de Thompson para explicar a revolta. Discute o funcionamento do mercado na região, definido por ela como um “modelo paternalista” (p. 30). Na continuação de sua análise da sociedade, retrata ainda a questão do recrutamento militar, importante para o funcionamento do Estado. Aborda também o papel dos mediadores, principalmente os religiosos, que atuavam como elementos de ligação entre a população

e o Estado, o que gerou opiniões diferentes sobre seu papel, como manipuladores do povo ou seus interesses perante o governo.

A autora passa a analisar como as autoridades da época interpretaram a revolta utilizando diferentes fontes primárias. Todavia, não examina a produção historiográfica sobre o tema. Essa ausência é problemática para uma obra que pretende desafiar a visão da historiografia tradicional sobre o assunto. O único historiador citado é Kim Richardson, que defendeu uma dissertação de mestrado sobre o tema (p. 46), o que deixa de fora outros estudiosos que abordaram o tema como: *Quebra-quilos: lutas sociais no outono do Império* de Armando Souto Maior, *Revolta do Quebra-Quilos* de Hamilton de Mattos Monteiro ou, o artigo *A sedição dos Quebra-quilos* de Simão Patrício Netto. Por fim, o primeiro capítulo termina com uma discussão sobre o grupo social envolvido na revolta. Isso leva a discussão sobre a oposição existente, na época, entre os termos “povo” e “cidadão” — devido à forma como os envolvidos eram classificados; e sobre a denominação criminalizadora utilizada para classificar os revoltosos (p. 48-51).

O segundo capítulo inicia com um questionamento sobre os motivos da revolta, pois, “parece que para os contemporâneos — sobretudo os homens urbanos de classe média — era difícil acreditar que alguém se opusesse a um ‘inofensivo’ sistema de medição” (p. 53) — o que leva a autora a tratar da subjetividade das medidas. Ela aborda o esforço de padronização universal das medidas que culminou na “Convenção do Metro” (p. 56). Realiza também uma ampla discussão sobre o documento

Tratado proposto a Manoel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que se conservarão levantados (p. 57-60), publicado inicialmente por Stuart Schwartz. Compara ainda as exigências apresentadas no documento com as da convenção dos canaveiros, realizada em 2004 (p. 59-60), com o objetivo de mostrar que a utilização de uma medida não é algo neutro, mas tem uma significação social. Analisa também o que aconteceu na fazenda Ibicaba (p. 60-62), como último exemplo das questões abordadas.

A seguir a autora descreve o processo de unificar as medidas no Brasil (p. 62-67), sinalizando as dificuldades. Ela enfatiza não só o aspecto legal, mas esclarece como a escola, e o ensino de modo geral, foram importantes nesse processo. Contudo, deixa claro o fracasso parcial de sua difusão:

Mas, apesar de todas as precauções que foram tomadas mostrando as vantagens do sistema métrico decimal e, sobretudo, de sua inocuidade, ele não foi bem recebido. A falta de entusiasmo na recepção do povo talvez se devesse a suspeita de que a mudança no sistema de medição, como diz Thompson, por algum passe de mágica ia “comer”, literalmente parte do que lhe correspondia (p. 67).

A autora passa a tratar da questão das crises geradas pela seca, no Nordeste do séc. XIX, pelo fato das medidas serem importantes em uma sociedade em que a escassez é periódica. A crise obriga o governo a formar, “em 1877-1879, a Comissão de socorros contra a seca” (p. 68). A distribuição de alimentos promovida pela comissão exige a adoção de um sistema unificado,

para uma justa distribuição, o que não significou a inexistência de fraudes. No entanto, a má qualidade da alimentação oferecida gerava revolta da população (p. 68-69). Secreto assinala o nascimento, neste período, do que posteriormente seria conhecido como “indústria da seca” (p. 69) — existente ainda hoje — apontando possibilidades de estudos sobre o tema dentro da longa duração.

Sobre a proposta de adoção do sistema métrico decimal, afirma que Gabaglia, Capanema e Gonçalves Dias, ao ponderarem sobre a lentidão nas comunicações, “indicavam um prazo de cinco anos para a completa transformação do sistema métrico” (p. 69). Informa que o sistema métrico foi adotado no Império, por lei de 1862, sendo a regulamentação aprovada em 1872 (um processo mais lento que o previsto). Termina examinando o processo de implementação e as dificuldades enfrentadas a partir dos casos de Limoeiro, Villa Boa Viagem e Crato (p. 70-73).

Apresenta, então, um fato pouco estudado pela historiografia do fim do Império, segundo Evaldo Cabral de Mello: “a questão dos impostos e do descontentamento das províncias do ‘norte agrário’ a respeito da relação desequilibrada entre os saldos fornecidos para os cofres imperiais e a contrapartida de favores governamentais” (p. 73). Ela analisa a questão dos impostos mostrando como, em 1822, a crise em torno deles chegou ao ápice. A economia regional do Nordeste havia perdido importância econômica em relação às províncias cafeeiras. A remessa de dinheiro e a migração de escravos, para atender as necessidades das províncias cafeeiras, são sinais dessa crise. Ela analisa a questão “dos novos impostos aprovados em várias

câmaras municipais do interior e a capital da Paraíba no segundo semestre de 1874” (p. 78), mostrando que teriam forte impacto para os produtores e consumidores.

Nas páginas 78-79 o livro apresenta os mapas das cidades em que ocorreram ações dos quebra-quilos nas diferentes províncias: no Ceará, na Paraíba, no Rio Grande do Norte, em Alagoas, Pernambuco e Minas Gerais. Esses mapas permitem delimitar novas áreas de pesquisa, nas regiões não estudadas pela autora, e abrem espaço para maiores pesquisas, em um recorte geográfico local, ainda menor que o adotado por ela. Uma pesquisa mais aprofundada nessas regiões, e nas cidades indicadas, pode levar a descoberta de novas fontes sobre a revolta. Além disso, a pesquisa bibliográfica sobre a revolta, em outras províncias, pode levar a uma ampliação da bibliografia sobre o tema.

O terceiro e último capítulo é um relato factual da Revolta. Na primeira parte desse capítulo ela explica que, em algumas províncias (como Rio Grande do Norte, Ceará, Minas Gerais e São Paulo), o que predominou mais não foi à revolta contra o sistema métrico e sim “a oposição à lei de recrutamento”. Esta última, pelo fato de sido encabeçada principalmente por mulheres, a autora afirma que “a historiografia tradicional denomina este episódio *d’o motim das mulheres*” (p. 81, grifo no original). Contudo, ela não cita nenhuma referência bibliográfica sobre o tema.

A falta de maiores informações pode servir de estímulo a outras pesquisas de caráter histórico ou historiográfico sobre esse tema — por exemplo, sobre as mulheres cujos nomes são conhecidos

— e a busca por novas fontes. Uma boa obra historiográfica não é apenas aquela que oferece novas informações ou que apresenta com qualidade o tema abordado; nem só a que apresenta referências bibliográficas abundantes ou inéditas ou que foi inovadora na metodologia ou na teoria utilizada. Uma boa obra é, também, aquela capaz de apresentar ao leitor novas possibilidades de pesquisa e/ou estimular o leitor a procurá-las.

Em seguida, faz uma rápida análise da crônica *O punhal da Martinha*, de Machado de Assis, sobre como a mulher sertaneja era vista (p. 81-82). Discute a forma como a legislação foi utilizada para enquadrar os transgressores e apresenta diferentes informes sobre as revoltas promovidas pelas mulheres, fazendo uma rápida crítica das fontes (p. 83). O restante dessa parte (p. 84-93) é uma descrição da revolta contra o alistamento. Para isso, apresenta a lei no 2556, de setembro de 1884, que “estabelecia que o alistamento se realizaria em cada paróquia por uma junta” (p. 86). Narra como se deu o processo de alistamento, em diferentes províncias, e como a população, com destaque para as mulheres, se opôs a ele. A obra procura apresentar não só como a população se revoltava, mas como o poder local agia para executar os alistamentos, como alguns viam a revolta e as medidas punitivas que foram tomadas.

A obra descreve como algumas “ações chamam a atenção pela originalidade do protesto e o simbolismo envolvido” (p. 85) — o que abre a possibilidade de estudos referentes ao campo historiográfico conhecido como História do Imaginário. A revolta não deve ser vista apenas do ponto de vista social e

político. Mas, como já visto, do ponto de vista cultural, da “mentalidade” e de outros ângulos não utilizados pela autora. Importa assinalar que a autora, olhando do ponto de vista da mentalidade da população, deixa claro que:

Haveria um recrutamento aceito, ou ao qual se resignavam os setores mais pobres da população, e outro inadmissível, que atentava contra a sobrevivência de algum membro da comunidade. Injusto era aquele que não observava as regras e as leis da justiça e da caridade, que deixava uma viúva pobre e miserável que vivia honestamente sem seu filho, único sustento, que a deixava e a sua filhinha à mercê da sorte ou da caridade (p. 92).

Na segunda parte, analisam-se as representações da revolta tal como aparecem na documentação da época. A pesquisa nas demais cidades poderia fornecer novos documentos, o que permitiria o uso do mesmo processo de análise. Ela parte do resumo de uma parte do romance *Os brilhantes*, de Rodolpho Theóphilo, para uma análise do andamento da revolta e dos “mecanismos de sua repressão” (p. 94). Nele, o autor apresenta a decisão do governo de implementar o sistema métrico decimal, a revolta dos sertanejos contra a medida (e as mudanças na revolta à medida que criminosos se juntavam a ela) bem como as medidas punitivas adotadas contra os revoltosos (p. 93-94). Por meio do estudo do ofício da Câmara Municipal de Pereiro, de 13 de janeiro de 1875, Secreto mostrou como o governo via a revolta, as ações dos revoltosos, o medo dos arrematadores de impostos e a anulação da

arrecadação por parte do procurador para evitar que a situação piorasse (p. 95-96).

Mas os revoltosos não eram o único problema. O comandante e a sua tropa, enviados pelo presidente da província para retomarem a ordem, se converteram em um novo problema. Como tinham “carta branca”, da parte do governador, o comandante ignorava as autoridades locais e praticava atos de violência e roubo de cavalos.

Por causa dessa carta branca, informavam as autoridades locais, era suficiente alguém lhe dizer que alguma pessoa era criminosa e logo, sem respeitar nenhum procedimento legal, varejando-lhe a casa a qualquer hora do dia ou da noite, o tenente prendia essa pessoa e “saqueia-lhe as armas”. A Câmara acusava-o de não respeitar o direito de propriedade, não só pelas invasões de domicílio que realizava para tirar de suas casas os suspeitos e conduzi-los sumariamente para a prisão mas (sic) também por mandar tirar cercados para tomar cavalos (p. 97-97).

Essa atitude prejudicava as feiras pelo fato dos produtores terem medo de que ocorresse a apreensão de suas conduções e cargas. Isso estava levando ao definhamento da feira, o que levou a suspensão da cobrança de impostos em alguns locais. Medida condenada pelo presidente da província (p. 98). Tal fato

permite analisar as diferenças existentes entre os interesses do poder central e os diversos poderes locais então existentes. Apesar disto, o governo continuou a usar de violência para reprimir a revolta. Ao analisar a repressão, a autora estabelece breves comparações com a Guerra de Canudos.

Por fim, a autora examina como se deu o processo contra os acusados de envolvimento na revolta, apresenta sinteticamente as testemunhas e seus depoimentos, afirmando que não houve diferenças significativas entre esses (p. 110). Apresenta a conclusão a que o juiz chegou e termina com uma breve análise de como a revolta foi vista localmente. Na conclusão ela faz um resumo de tudo, afirmando que algumas coisas mudaram, apesar de a ordem ter sido restabelecida. Apresenta como prova o “banditismo social”, que terminou no governo de Vargas, e a continuação das velhas denominações e práticas, apesar da adoção do sistema métrico (p. 115). Conclui com uma série de reflexões que apontam para o fato de que a política não acontecia somente nas instituições e na corte. Mas, conforme afirma, acontecia nas ruas quando o povo se revoltava.

Após tudo o que foi dito podemos então dizer que, a obra de Secreto, não vem só contribuir para um maior conhecimento da história e da sociedade da época, mas apresenta novas possibilidades de estudo para os interessados no tema.



Rodrigo Conçole Lage

Graduado em História
Centro Universitário São José de Itaperuna